

CEDI

CEDI - P. I. B.
DATA 01/04/87
COD 030077

GRUPOS INDÍGENAS MAKUXI

Maria Elizabeth Brea Monteiro

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo elaborar uma reconstituição etnohistórica dos grupos indígenas da região do Rio Branco, com um maior enfoque para as duas nações mais numerosas: Macuxi e Uapixana.

Segundo Henri Coudreau, em 1787 contavam-se 22 tribos habitando a região do Rio Branco. Havia os Paraviana, os Amaribas, os Atorradi que viviam nas nascentes dos rios Tacutu e Repununi; os Caripuna, os Caraíba e os Macuxi localizados na serra Macarapã, próximo às nascentes do Rio Mahu; os Tucurupi, os Uapixana que habitavam as nascentes dos rios Mahu e Parime; os Tucurupi, os Acarapi e Oiacá que viviam no Parime; os Arina que habitavam o Amajari; os Quinhsus no Cadacada; os Porocotós que se encontravam no igarapé Tacutu; os Aoaqui nas fontes do Cahuamá; os Guimara localizados na nascente do Maracá; os Zapara e os Tapicari no rio Macajai; os Pauxiana que habitavam o baixo e médio Catrimani; os Barauana no alto Catrimani; os Chaperos e Guajaros encontrados em número muito reduzido; e os Macu que viviam próxima à serra Andauari.

Dessas tribos acima referidas, quando da expedição realizada por Coudreau, 13 já estavam extintas, 8 encontravam-se em número reduzido, apenas os Macuxi aumentavam sua população. (COUDREAU, 1886/7:392-94).

Hoje, muitos desses grupos indígenas não mais existem devido a perseguição, epidemias e ao contato intensivo com o elemento branco, restando apenas algumas tribos que, no passado, se refugiaram em locais de difícil acesso, longe dos cursos d'água mais importantes da região.

"Só com o advento dos homens brancos, que no século passado começaram a descobrir e ocupar os vastos campos de pastagens próprios à criação de gado, é que o Rio Branco, entrou no turbilhão da história. O índio, diante do avanço do branco, foi retirando-se para as montanhas e matas, quando não julgou mais acertado entrar em convívio com os brancos, prestando-lhes serviços em troca de módica compensação em gêneros alimentícios, instrumentos de trabalho e vestuário ou artigo duvidoso do progresso e da civilização." (BENEDITINOS, s.d.:10-11).

Um exemplo das conseqüências desse contato se revela com os Uapixana e Macuxi. No século XVII, essas duas grandes nações indígenas já viviam na região do Rio Branco. Entretanto, ao contrário do que hoje acontece, os Uapixana eram mais numerosos que os Macuxi.

"Uapixanas: esta nação he a mais numerosa de todas, contam-se-lhe até quinze Principaes, alem dos que ja têm descido para as povoações do Rio Branco (...) Habitam as serras que decorrem das vertentes do rio Mahu, até a do Parima (...)" (ALMADA, 1861:250).

É interessante citarmos aqui um trecho de Henri Coudreau a respeito do contato dessas tribos indígenas com o "civilizado" e as conseqüências desse envolvimento.

"Il est curieux de constater que (...) ce sont les tribus qui se civilisent le plus vite qui disparaissent aussi le plus rapidement. Tels sont les Uapicianas. Les Uapicianas se civilisent plus vite que les Macuchis. Ils aiment à apprendre leur dialecte aux civilisés, beaucoup d'entre eux à Canauani; à Maracachite et à l'Uraricueira, parlent portugais. Les Macuchis sont beaucoup plus rebelles à la discipline de la civilisation. Ils n'aiment pas à enseigner leur langue aux blancs. Ils sont insolents, insubordonnés. Conclusion: Les Uapichianas étaient, il y a un siècle, la tribu la plus importante du rio Branco, aujourd'hui beaucoup plus nombreux qu'au siècle passé. Ils forment la tribu la plus importante de la contrée, on en peut compter trois ou quatre mille." (1) (COUDREAU, 1886/7:400-1).

PARTE I - A REGIÃO DO RIO BRANCO

A região do Rio Branco, que consiste, atualmente, no Território Federal de Roraima, estava compreendida na área que os geógrafos do século XIX denominavam Guiana e que se localizava entre os rios Amazonas e Orenoco.

"É a Guyana uma verdadeira ilha. Pela parte da nascente e norte a banha o mar. Ao sul lhe fica o rio Amazonas: pelo poente o Negro e Caciquiari; sendo este ultimo o que comunica o Negro com o Orinoco, que em parte fecha o lado do poente, e em parte o do norte. Está situada entre o Equador e o oitavo grão de latitude septentrional, e o 317 até 326 de longitude. Divide-se em Guyana portuguesa, francesa, hollandeza e hespanhola, as quatro nações que a colonizam." (SAMPAIO, 1850:200).

A Guiana portuguesa era também conhecida como Guiana Brasileira e abrangia "... toda a margem esquerda do rio Negro, desde a fronteira do Cucuhy, e toda a margem esquerda do Amazonas, desde a sua confluencia com o Negro até o Atlântico. (...) Dous terços dessa imensa area são campos geraes, cortados por paranás e igarapés, povoados de lagos, e contendo enorme quantidade de verdadeiros oasis de palmeira de burity (...)

Na parte que pertence ao Amazonas, e que liga com o Pará pelo Jamundá, é que se acha a maravilhosa zona conhecida pelo nome de Rio Branco, nome este derivado do grande rio formado pela junção do Urariquera e do Tacutú, aos 398'LN. (...)" (SUCKOW, 1891:276-77).

Na segunda década do século XX, a bacia formada pelo rio Branco constituía-se num município próspero com sede em Boa Vista formado por 180 casas e barracas e cerca de 1.200 habitantes. Além da vila de Boa Vista, havia ainda uma "aglomeração de população em Cararahy, no baixo rio Branco, de pequena importância, e muitos nucleos indígenas disseminados por toda a bacia." (OLIVEIRA, 1929:26).

O atual Território de Roraima foi criado em 13 de setembro de 1943 pelo Decreto-Lei 5.812 com o nome de Território Federal do Rio Branco, o que serviu de motivação para o incremento populacional através da imigração. (Ver Anexo I).

Em 1944, pelo Decreto-Lei 6.550, de 31 de maio, os limites e a divisão administrativa dos cinco Territórios Federais criados pelo decreto acima referido foram retificados. (Ver Anexo 2). Assim os limites do Território Federal do Rio Branco passaram a ser os seguintes: "a oeste, norte e leste, os limites com a República da Venezuela e a Guiana Inglesa; a sueste e sul, o rio Jamundá ou Nhamundá, da sua nascente principal na serra Uassari até o paralelo da nascente principal do rio Alalauá, seguindo por êsse paralelo até a foz do rio Jauaperi, descendo por este até a sua foz no rio Negro e por este rio acima até a foz do rio Jufarí; a sudoeste, o rio Jufari, desde a sua foz até a sua nascente principal; o divisor de águas entre os rios Demeni e Xeruini, desde a nascente principal do Jufari até o divisor de águas entre o Demeni e o Catrimani; este divisor até encontrar o paralelo que passa pela nascente principal do rio Catrimani e seguindo por este paralelo até a serra Parima. (SOARES, 1944:668).

Ainda de acordo com o mesmo decreto-lei, o Território do Rio Branco é dividido em dois municípios, com as denominações de Boa Vista e Catrimani, compreendendo o primeiro a área do município de igual nome que pertencia ao Estado do Amazonas, e o segundo a parte do município de Moura, do mesmo Estado, sendo sua capital a cidade de Boa Vista. (Ver Anexo 3).

"O município de Boa Vista, que abrange o alto rio Branco do qual faz parte a zona campestre, habitat tradicional Makuxi, abriga cerca de 90% da população total; enquanto o município de Caracarái que compreende o baixo rio Branco, fica com os 10% restantes.(...) (DINIZ, 1972:33).

PARTE II - A OCUPAÇÃO DO RIO BRANCO

Não existem documentos históricos dando conta dos nativos das Guianas anteriores ao final do século XVI.

Essa região foi, durante muito tempo, ignorada pelos europeus. A Espanha, ocupada com a consolidação e exploração das suas dominações a oeste da América do Sul, não fez nenhuma tentativa séria de estender sua dominação a leste do rio Orenoco. Os aldeamentos portugueses só alcançaram a boca do rio Amazonas por volta de 1600 e foi apenas no período entre 1612-1615, para fazer frente às crescentes atividades comerciais empreendidas por ingleses e holandeses, que Portugal começou sua penetração pelo Amazonas.

Entretanto, a região do Rio Branco ainda continuava quase que totalmente desconhecida.

Assim, podemos dizer que a conquista do Rio Branco está intimamente ligada à penetração no rio Amazonas e no rio Negro pelos portugueses no século XVII.

Segundo Ribeiro Sampaio, o rio Branco já era conhecido pelos portugueses desde 1639, como se pode inferir a partir das observações feitas pelo Padre Christovão de Cunha durante sua viagem em 1639. (2). De acordo com uma citação de Ribeiro Sampaio "... o Rio Branco era conhecido pelos portugueses no ano de 1639, e tão conhecido que por elle se podia passar ás colonias hollandezas; o que assim fez evidente a experiencia posterior." (Ibid:205-6).

Entretanto, um conhecimento mais sistemático da área do Rio Branco foi só possível através das expedições realizadas entre 1670-1671 à bacia deste rio. Dessa maneira, a fase de reconhecimento da região se estende até início do século XVIII, quando desempenharam importante papel as "tropas de resgate" (3) e as missões religiosas.

"A política que empregavam os portugueses no descobrimento das vastas regiões d'esta parte da América, foi conhecer as nações e propôr-lhe logo a sujeição portugueza e a religião catholica. Para este fim formaram aldeas, que entregaram aos missionarios, quando estes não foram os autores das mesmas. Succedia por isso muitas vezes que nações de um rio se viessem estabelecer a outro. Com este motivo pois estratam os portuguezes a navegar mais adeantamento o Rio Branco, conduzindo do mesmo indios para as nossas povoações do Rio Negro. (...) Redução de indios à sujeição portugueza, commercio de indios escravos, colheita de drogas e pescarias, fez necessária e conveniente a seguida descoberta di Rio Branco (...)" (Ibid:206-7).

Todavia, esse período de reconhecimento, que vai até início de século XVIII, é marcado por uma certa imprecisão na narração dos fatos.

"A verdade é que os exploradores portuguezes, que iam a fazer escravos e a colher drogas nos sertões, não tinham motivo para publicar suas façanhas e os seus proveitos, bem pelo contrário. Não os movia nenhum interesse geographico nem politico; eram gente de commercio e de industria, que penetrava onde havia probabilidade de empregar o que levavam as suas canoas e de tornar a enchelas para a volta." (HARUCC, 1908. 1ª Memória, p.127).

O homem que mais se ocupou das entradas pelo rio Branco, em princípio do século XVIII, foi o Capitão Francisco Ferreira.

Em 1725, os Carmelitas começaram a chegar à região do Rio Branco para catequizar os "selvagens" que ali viviam. Estabeleceram aldeamentos aos quais denominaram Carmo, Santa Maria, São Felipe e Conceição. Mais adiante veremos a atuação desses missionários (Parte III) e de outros que lá chegaram com maiores detalhes.

Em 1730, Christovam Ayres Botelho, natural do Maranhão, realizou uma entrada pelo rio Branco.

"É memoravel o anno de 1730. Neste anno com uma grande escolta entrou no Rio Branco Christovam Ayres Botelho, que era natural da cidade do Maranhão, e foi acompanhado n'esta expedição por um famoso principal chamado Bonaira" (SAMPALCO, op. cit.: 268-9).

Seguiu-se a essa entrada a de Lourenço Belforte, em 1740, da qual fez parte Francisco Xavier de Andrade. Essa expedição subiu o rio Branco "alcançando o Uraricuera e estabelecendo acampamento a pouca distância de sua queda d'água (...)" (GUERRA, 1957:125).

A última expedição desse gênero foi realizada por José Miguel Aires, em 1748.

"Com esta terminaram as tropas de resgate, veio a lei da liberdade dos Índios (1755), cessaram as expedições que tinham por fim o tráfico de escravos. O comércio com a região, porém, estava estabelecido e continuou" (MAYUCO, op. cit.: 129-30) (Ver anexo 4)

A captura e o comércio desenfreado empreendido pelos holandeses com os índios da região do Rio Branco deram origem à Carta Régia de 14 de novembro de 1702 ao governador do Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Essa Carta ordenava a construção de uma fortaleza às margens do rio Branco visando a formação de um sistema de defesa conjunta com o rio Negro contra as entradas dos holandeses e espanhóis em território português. (Ver Anexo 5).

Em 1700, o Governador do Rio Negro, Tinoco Valente, encarregou o alferes José Agostinho Diniz de vigiar o rio Branco com o receio de invasões de espanhóis que já vinham ocorrendo na parte superior do rio Branco (Uraricuera) desde 1700. Estes já haviam construído um forte chamado Santa Rosa em território da Coroa Portuguesa. Diniz subiu o rio Branco e o Uraricuera com uma escolta, chegando até o Mahu e Ucorora.

Assim, podemos dizer que a fortificação do rio Branco e seu consequente povoamento se deu graças às entradas dos espanhóis na região.

É interessante transcrevermos uma passagem de Ribeiro Sampaio em seu apêndice ao Diário da Viagem.

"Este rio Branco, hum dos mais consideraveis tributários do Negro, pocto que descoberto, e cultivado, ha tempo immemorial, pelos Portugueses, servia unicamente para nelle se fazerem annualmente pescarias e colheita de fructos das suas matas, sem que se cuidasse com o povoar. Innumeraveis nações de Indios silvestres vivião nas suas margens e campos dilatados. Em varias entradas, feitas sucessivamente aquelle rio, se extrahirão muitas almas para as nossas povoações. A índole bem conhecida dos indios daquelles districtos, e a natureza das terras, e outras razões politicas deverião mover o Governador Joaquim Tinoco Valente a povoar aquelle rio. O governador Antonio José Pastana da Silva lho tinha repetidas vezes proposto: porém nesta parte estavamos adormecidos: vierão os Hespanhoes no anno de 1774, e penetrarão aquelle rio com toda a segurança, sem que nós o soubessemos, até que a causalidade de um desertor nos trouxe a inesperada noticia. Foi então necessario ja usar de força, para desalojar os Hespanhoes estabelecidos; e este empenho nos hia mettendo em huma guerra, que as nossas providências podião acautelar. Nessa occasião he que o Governador e Capitão General do Pará João Pereira Caldas mandou fortificar e povoar aquelle rio; o que se tem executado com a maior facilidade, e deverá trazer-nos manifestas utilidades, que principalmente resultarão de se introduzirem gados nas longas campinas, que a perder de vista rodeão o dito rio..." (MORONHA, 1856:99).

Dessa forma, a construção desse forte só foi iniciada em 1775 por Filipe Sturm, apesar da Carta Régia de 1752, na margem esquerda do Tacutu, na confluência com o Uraricuera. À fortificação seguiu-se o povoamento do rio e, conseqüentemente, uma série de explorações geográficas dos seus afluentes foi empreendida. Assim, o Forte São Joaquim passou a ser o centro da vasta região circunvizinha.

Segundo Waterton, o Forte São Joaquim foi construído sob apresentação a vinda dos espanhóis pelo rio Negro, para se estabelecerem no rio Branco. A fortaleza foi erigida num vasto Terreno de bom pasto para criação de gado. (WATERTON, 1893:124-25).

Todavia, a construção dessa fortaleza recebeu críticas em relação à sua eficiência quanto ao fim para o qual foi construída.

"A fortificação que temos no rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos.

O forte é construído de pedra e barro. Pela sua muito estreiteza não tem fogo de apoio e proteção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para nelles manobrar a artilharia, que consta de doze peças de ferro de calibre de seis até uma quarta. Os para peitos formados de pedra e barro impróprios para cobrirem os defensores. Nem tem uma rampa por onde marche uma peça de artilharia.

Este forte, denominado São Joaquim, está situado na foz do rio Tacutu, pela parte da margem oriental.

O lugar em que está assentado o forte, é com muita propriedade; mas não sem defeitos, pois a sueste e a leste quarta de nordeste, e ainda a leste, tem terrenos dentro do alcance da artilharia, que de algum modo comandam sobre o nível que corre pela parte superior dos parapeitos; com tudo, o forte está situado em lugar competente, porque confluem os rio Tacutu, e Uraricuera, defendendo ambos estes dois canaes, por onde as nações estrangeiras confinantes poderiam comunicar para o rio Branco.

Melhor seria se o forte pudesse situar-se na ponta da terra que baliza a foz do Uraricuera, e a do Tacutu. (...) Porém este terreno é tão baixo que as inundações anuaes frustram esta vantagem." (ALMADA, op.cit.: 601-02).

Como já dissemos, o povoamento da região seguiu-se à construção do forte. Os estabelecimentos de índios se formavam ao redor da fortaleza, chegando a mais de 1.000 o número de índios. Uma carta escrita à Metrópole, em 12 de junho de 1777, o Capitão Caldas relata que o estabelecimento "se vae bastantemente adeantando, porque já foram para as vizinhanças daquela Fortaleza haviam descido sete povoações de Índios (...) e por isso poderá ser muito util, quando além de se constituir alli uma barreira contra os progressos e intentos dos Hespanhóes e Hollandezes, se terras tem toda a propriedade para estabelecimento e criação de gados..." (MABUCCO, op.cit. 1ª Memória, p. 136).

Entretanto, com o prosseguimento do povoamento na área próxima à fortaleza, foram ocorrendo as "reduções de índios".

"Ao mesmo passo que a obra da fortaleza se ia prosseguindo, se principiaram a reduzir as nações de índios d'aquelles districtos, e a formarem-se as povoações nos lugares que pareceram mais commodos, pelas margens dos dois sobreditos rios (Uraricuera e Tacutu e do Branco (...))" (SAMPAIO, op. cit.: 251).

Essas povoações do rio Branco eram: Nossa Senhora da Conceição, Santa Barbara, Santa Izabel, Nossa Senhora do Carmo e São Filipe. (Ver Anexo 6).

"As cinco povoações (...) são compostas das principaes nações de indios que eram conhecidos nos districtos do nosso Rio. Porém ainda existem tribus d'estas ditas nações que estão reduzidas por terem diversos e mais remotos domicilios.

As nações pois que habitam aquellas povoações são as seguintes: Paraviana, Uapixana, Sapará, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana.

As nações conhecidas, mas que ainda se não acham reduzidas são as seguintes: Cariponé, Macuxi, Uaicá, Securi, Carapí, Sepuru Umaiana (...)" (Ibid: 252-53).

Em carta datada de 20 de agosto de 1781, o Comandante da Fortaleza de São Joaquim expõe ao Governador do Pará as razões por quê, segunda ele, ocorriam os abandonos periódicos dos índios aldeados.

"... o primeiro motivo é serem n'este tempo puxados para os serviços não só de fora como das mesmas povoações; outra se lhes quer evitar ainda que brandamento os pessimos abusos com que sempre viveram, assim como queimarem dentro das próprias casas os corpos dos que alli morrem, e mais o número das mulheres que cada um quer ter, e muitos casados com Christians, e que estranham muito a prohibição de se untarem com urucu e outros muitos perversos abusos e costumes que muito sentem largar, e finalmente a pouca dificuldade que têm de se ausentarem por se acharem nas suas próprias terras com estradas abertas." (Nabuco apud DINIZ, 1972:29).

Em 29 de abril de 1784 parte uma expedição para São Joaquim enviada pelo Governador Caldas e comandada pelo Cabo Miguel Archanjo de Bittencourt, grande conhecedor da região do Rio Branco, para trazer os indígenas fugitivos para os aldeamentos.

"...Depois de 13 dias de marcha, recolheo-se Miguel Archanjo sem ter achado pessoa alguma e tendo acabado o mantimento por serem poucos os conductores. Em 13 de Maio o mesmo cabo, que tinha tomado para a expedição mais gente do Carmo (17 indios e 5 Indias), parte com todos elles e mais 20 soldados pelo rio Tacutu acima, onde foi muito bem acolhido pelos Uapixanas e Macuxis. Volta à Fortaleza a 13 de junho, trazendo consigo diversos Indios (...) 13 Paravianas, desertados de Sta. Barbara, que alli estavam, são reduzidos e descem com elles (...) No dia 22 volta a escolta com o Principal Leandro Metello, Paraviana, e mais doze (...)" (NABUCO, op.cit., 1ª Memória, p. 192).

Dessa maneira, várias outras expedições penetraram nos campos e serras da região em busca dos indios fugitivos e anunciando o "Real Perdão". (4) (Ver Anexo 7).

Além dos abandonos, muitas das povoações do Rio Branco desapareceram devido às insurreições indígenas. Ficou famosa a insurreição ocorrida na Praia do Sangue (5) em 1798 quando morreram brancos e indios.

"Nesse anno uma expedição ao mando do tenente Leonardo José Ferreira bateu os indigenas Paravianas e Uapixanas no Rio Branco, os quaes rebellados haviam assassinado hum director, os soldados de hum destacamento e alguns moradores (...) setentas indigenas poupados as massacre da refraga, foram distribuidos pelas aldeias de

parintins, Villa de Borba e Logar de Alvellos, (Coari), donde outros se trasladarão para as dẽsertas aldeias do Rio Branco."(OURIQUE, 1906 :12).

Data daí a absoluta decadência das citadas povoações, res - tando apenas a povoação do Carmo. (Ver Anexo 8).

"Na margem oriental, um pouco a jusante do logar denominado Cachoeirinha, está o ponto onde existiu S. Felipe, antiga povoação igualmente destruida pela insurreição a que acabamos de nos referir." (Ibid).

Ao mesmo tempo que expedições de captura dos índios fugitivos iam ocorrendo, expedições de reconhecimento penetravam na região do Rio Branco.

Em 1º de janeiro de 1781 partiu de Barcelos uma expedição, por ordem do Governador João Pereira Caldas, em 26 de dezembro de 1780, formada pelo Capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e Dr. Matemático Antonio Pires da Silva Pontes. A expedição chegou ao Forte São Joaquim a 31 de janeiro do mesmo ano. (Ver Anexo 9).

"Chegamos à foz d'este rio a 27. Elle é de agoas pretas, e estreito, faminto de peixe e de caça. Só abunda de patos, e seu campos de veados. As serras são povoadissimas de gentios, que encontramos muitas vezes: e dous mezes depois de recolhidos nos assegurarão os índios da Conceição que elles tinhamo determinado atacar-nos na cachoeira grande que não passamos. A principal Nação é chamada Macuxy.

Seguindo viagem pelo Rio Tacutu abaixo chegamos à Fortaleza no dia 5 de março, aonde nos demoramos até o dia 10 do dito mês." (Serra apud NABUCO, op.cit.,p.227).

Em 1786 se deu a viagem de exploração de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas serras e rios da região do Rio Branco. Transcrevemos a seguir alguns trechos que refletem suas conclusões a respeito da expedição.

"Dos que conosco confinão pelo Rio Branco, são os Hespanhães, que pelo rio Raricoera, Mahú, Parima, e em uma palavra, do alto da cordilheira toda que corre até o Tacutú se poderão comunicar com o Branco; e pelo Tacutú, Mahú, e Pirará, são os Hollandezes que pelo Essequibe sobem ao Rupunury, e deste pelo Igarapé do Sarauru o qual se desagoa no Tacutú; na distancia de 5 dias de viagem acima da Fortaleza passam para o dito Tacutú com um trajeto por terra de 2 horas de viagem, isto é de uma lagoa de terra.

Da Fortaleza a Caya-Caya no Rio Branco são 5 dias e d'ali a Sta. Rosa dentro do Rio Uraricoera, são pelo menos 10, de modo que em canõa esquipada é viagem de 15 dias. Por outra parte quem sahe da Fortaleza por terra até o Rio Rupunury, gasta 5 dias: do lugar onde vai sahir até à boca do dito, vence a viagem em 6: na dita boca está situada a primeira feitoria hollandeza; o seu negocio consiste em escravos, que resgatão por armas, terçados e drogas de fazendas: os agentes desta negociação são os Gentios Caripunas: estes são amigos dos Macuxis, e estes outros do Paralvilhanas. Donde vem que se adiantão pelos nossos dominios a surprehenderem a captivarem os Gentios da nossa devoção, particularmente os Uapixanas, que são entre elles reputados pelos mais imbelles, e por conseguinte os mais perseguidos dos Caripunas, Macuxis, etc. Todo o descuido na observação dos mais leves movimentos que por esta fronteira se presentirem, ameaçará a mais bella porção de terra que neste rio se possue." (Rodrigues apud NABUCO, op. cit., p.236-37) (Ver Anexo 10).

Em 1787 formou-se a Comissão Portuguesa de Delimitação de Fronteiras encabeçada pelo Coronel Manoel da Gama Lobo que subiu o Uraricoera até a confluência com o Uraricaparã. Fizeram parte dessa expedição os seguintes militares: Sargento-mór Engenheiro Euzébio Antonio de Ribeiros; Capitão-Engenheiro Dr. José Simões de Carvalho (Matemático); Tenente Leonardo José Ferreira; soldados Alberto Serão de Castro, José Antonio Coelho, Manoel de Souza Monteiro, Bazilio Magno, Simião Francisco, Duarte José Migueis, André Caetano, André Corrêa? Ajudante de Cirurgia Manoel Pereira Pacheco. Também acompanharam a expedição cerca de 40 índios.

"Coronel Manoel da Gama explorou todo o Rio Branco, o braço oriental como o ocidental, até aos extremos confins com a Hespanha e Hollanda. Por um lado chegou a atravessar a serra de Pacaraima, por outro foi até à margem do Rupununi. A ideia porém, era atalhar todas as comunicações possíveis, e por isso fez d'elle explorar também por um lado o Sérevini e o Caratirimani, que interessavam ao conhecimento das comunicações do Rio Negro, ao passo que elle mesmo por outro lado explora o Anauá." (NABUCO, op.cit., p.245-46).

A 30 de março de 1798 parte do Pará a expedição de Francisco José Rodrigues Barata com a missão, designada pelo Governador Dom Francisco de Souza Coutinho, de ir ao Surinam entregar ao Doutor David Nassi uma carta em que o governador portuguez agradecia àquella colonia por ter repatriado portuguezes aprisionados por franceses.

Resumindo o seu itinerário, Barata chegou à Fortaleza de São Joaquim a 3 de agosto, encontrando as povoações em completa decadência. Já nessa época começavam a se formar em torno da fortaleza as grandes fazendas de criação de gado. No dia 4 sobe o rio Tacutu, passa pelo Surumu, pelo Repununi, visita os Macuxi do Pirara e desce o Essequibo.

"De manhã 22 de julho entrei no Rio Branco (...).

Pelas dez horas chegámos ao Pesqueiro, que fica próximo ao lugar de Santa Maria? e no restante do dia mandei os índios buscar sipó para fazer as competentes cordas para passar as cachoeiras. Chamam-se a esse lugar de Pesqueiro porque em outro tempo estava n'elle a feitoria de peixe e tartarugas para os empregados nas reaes demarcações, hoje porém existe n'elle um soldado com alguns índios e indias, que cultivam mandioca para farinhas, com as quaes são municiaadas as praças militares destacadas na fortaleza de S. Joaquim e algumas outras que por alli passam, bem como eu fui.

(...) chegámos à fortaleza de S. Joaquim pelas nove horas da mesma (...) Esta fortaleza é pequena, mas regular, e se acha situada na boca do rio Taquetú, que alli desagua no Branco, defenden do portanto a descida de qualquer inimigo (...)" (BARATA, 1846:15-16 e 20).

Assim, em fins do século XVIII é que começam a surgir as primeiras fazendas de criação de gado, aproveitando a excelência do solo e a riqueza de seus pastos para esse tipo de criação, além de constituir um fator de fixação dos luso-brasileiros.

"Lobo d'Almada, em visão de estadista, deu então o passo economico. Mandou adquirir novilhas e vacas em Moura e Carvoeiro, pagas à sua custa as despesas de transporte e fundou à margem esquerda do rio Branco a fazenda de São Bento, com dezessete exemplares, a que juntou, em 1793, as tomadas aos hespanhoes em Teffé quando dali os expulsou." (REIS, 1931:136).

As primeiras a se formar localizavam-se próximo a São Joaquim.

"Ante o mesmo Lugar na ponta de terra manente entre o rio Tacutú e o rio Urariquerá está uma Fazenda Nacional de gado vacum e cavallar denominada São Bento: na margem esquerda do Tacutú junto ao Lugar há outra Fazenda de criação chamada São Joaquim e na margem direita do Tacutú pouco acima do mesmo Lugar a terceira Fazenda de criação intitulada São Marcos (...).

Pouco depois deste estabelecimento fundarão em 1794 fazendas de gado no mesmo Rio Branco os Capiteas José Antonio de Evora, e Nicolau de Sá Sarmiento (...)" (MONTEIRO BAENA, 1839:433-34).

Entretanto essa ocupação se processou lentamente, uma vez que não havia interesse econômico imediato nessa atividade.

"... em fins de sécuço XIX, apenas na margem direita do Rio Branco e no Uraricoera, havia maior número de fazendas (...).

Dos trinta e dois criatórios particulares então existentes, somente quatro delles situavam-se no Tacutu e na margem esquerda do rio Branco (...)" (DINIZ, op. cit., 31).

Apresentamos em anexo (ver anexo 11) uma cópia de um mapa que acompanhou o Ofício de 31 de outubro de 1865 dirigido ao Presidente da Provincia do Amazonas pelo Major Gabriel Guimarães. Esse mapa permite-nos ver a localização das diferentes fazendas nacionais existentes em torno do Forte São Joaquim. O mapa abrange apenas a área até a confluência do rio Surumu, ou seja, até os limites do território em litigio entre Brasil e Inglaterra. Além desse mapa seria interessante citarmos as propriedades situadas na margem direita do rio Tacutu, acima da confluência do Surumu, ou entre o Surumu e o Repununi. Faremos uma relação das propriedades localizadas no território em litigio e pertencentes a brasileiros e Ingleses. Essa relação foi elaborada a partir de informações extraídas da coleção organizada por Joaquim Nabuco, Fronteiras do Brasil e da Guyana Inglesa. 2ª Memória, vol.1.

- Propriedades pertencentes a brasileiros.

1) Burgo Andreas localizado na margem esquerda do Surumu e pertencente a Bento Aranha (1 casa).

2) Baixa do Surumu situada na margem esquerda do Surumu, de Espiridião José d'Andrade (1 casa).

3) Maravilha situada na margem esquerda do Surumu, de Raymundo Antonio da Silva (1 casa).

4) Cuancuan na margem esquerda do Surumu, de Benigno Marajó (1 casa).

5) Cuancuan situada na margem esquerda do Surumu, de João Peres da Silva (1 casa).

6) S. Antonio localizado na foz do rio Surumu, de Manoel José de Andrade (2 casas).

7) Maravilha situada desde o Chirihini até o Cuminá, de Manoel Vieira Accioly Cavalcanti (2 casas).

8) Maravilha situada desde o Chirihini ao Cuminá, de Francisca Eudoxia Collares (1 casa).

9) Maloca situada nas nascentes do Chirihini, de Pedro Cavalcante (Macuxi brasileiro) que tem sob suas ordens 37 indios Macuxi (1 casa).

10) Carapanatuba localizada desde o Cuminá até o Cuchua, de Marcos Vieira da Silva (1 casa).

11) S. João desde Cuchua até Viruaquin, pertencente a Raymundo Garcia d'Almeida (1 casa).

12) Conceição situada na nascente do rio Mahu na sua margem direita, em frente ao Pirara, de José Amancio Lima (3 casas).

13) Burgo Manaú localizado na nascente do Pirara, na margem direita do rio Mahu, pertencente a Doceo e Amanda Aranha e administrado por João Lambé (1 casa).

14) Burgo Santos Inocentes situado nas margens esquerda do Mahu, Pirara e Naipu e na margem direita do Manari. É administrado pelo Capitão Magalhães (Tuxaua Macuxi brasileiro) que tem sob suas ordens 841 índios Macuxi (34 casas).

15) Burgo Baixa do Macuxi na margem esquerda do rio Mahu e margem direita do Pirara, pertencente a Raymundo Chefe (1 casa).

16) Burgo Neengahiba localizado na foz do Pirara na margem esquerda. Pertence a Olivia Aranha e é administrado por Henrique Tahuame (1 casa).

17) Burgo Icanuyaba na foz do Naipu, na margem direita do Pirara. É de propriedade de Josephina Aranha e administrado por Guilherme Uairá (1 casa).

18) Burgo Miranda Reis situado na margem esquerda do Pirara na margem direita do Naipu e no lago Amacu. Pertence a João Aranha e é administrado por Daniel Tacá (1 casa).

19) Manari localizado na foz do Mahu na sua margem esquerda pertencente a Pedro Marques Garrido e administrado por João Baptista da Silva (1 casa).

20) Burgo Dourado situa-se desde as terras de Pedro Garrido até a margem direita do Mucumucú. Pertence a Gabriel Pereira da Silva (1 casa).

21) Burgo Dourado situado desde as terras de Pedro Garrido até a margem direita do Mucumucú, de Boaventura da Silva (1 casa).

22) Burgo Dourado localizado entre as terras de Pedro Garrido e a margem direita do Mucumucú. Pertence ao capitão Candido Sandi (Tuxaua Macuxi brasileiro) que tem sob suas ordens 120 índios Macuxi (1 casa).

23) Burgo Dourado desde as terras de Pedro Garrido até a margem direita do Mucumucú, de Paschoal Gomes da Silva (1 casa).

24) Burgo Dourado situado entre as terras de Pedro Garrido e a margem direita do Mucumucú, de Hygino Luiz Pereira (1 casa).

25) S. José do Tacutu situada desde a margem do rio Cumucumucu até a margem direita do Cuaré, pertencente a Ozorio Francisco Mendes (1 casa).

26) Burgo Carneiro de Campos localizado desde a margem direita do Cuaré até a margem esquerda do Carahuau. É administrado pelo Capitão Cardoso (Tuxaua Uapixana brasileiro) que tem sob suas ordens 250 Uapixana (8 casas).

27) Pimenta Bueno situada entre as montanhas Ossada e Chiri, pertencente a Euphrasio (Tuxaua Uapixana brasileiro), tendo sob suas ordens mais de 30 índios Uapixana (1 casa).

28) Sant'Anna Nery localizada na margem direita do Carahuau e a margem esquerda do Repuni. Pertence a José Bixiga (Tuxaua Uapixana brasileiro) que tem sob suas ordens mais de 40 índios Uapixana (1 casa)

29) Acahuichi, entre Cuano-Cuano e Campo Limpo, pertencente a Cuamiricá Inni (Uapixana brasileiro) (1 casa, maloca abandonada pelo Tuxaua Cardoso).

30) Inajá, entre o Inaia, Cuano-Cuano e Cuare, pertencente a Chico Pirara (Uapixana brasileiro falecido) (1 casa).

31) Burgo Barros Level, entre Campo Limpo, Dourado, Cuano-Cuano e Mucumucu: 22 chefes Macuxi brasileiros (27 casas).

-Propriedades pertencentes a Ingleses:

1) Maloca, entre Carahuau e as montanhas Cuano-Cuano, de Am brosio (Tuxaua Uapixana inglês) (1 casa).

2) Tarenamuita situada entre as montanhas Cuano-Cuano e o Repununi. Pertencente a Richard Richil que mora na maloca do Tuxaua Magalhães e se ocupa na extração do suco da maçaranduba (1 casa).

3) Tarenamuita localizada entre a Serra Cuano-Cuano e a Repununi, pertencente a Naipa (Tuxaua Macuxi inglês) que possui uma maloca e alguns índios Macuxi (1 casa).

4) Ipcaré situada entre a Serra Cuano-Cuano e o Repununi. Pertence a John Park que vive na maloca de Naípe e se diz missionário protestante (1 casa).

5) Luaimeta situada entre a serra Cuano-Cuano e o Repununi, pertencente a Christovão Christy que vive na maloca de Magalhães (1 casa).

Há ainda duas propriedades inglesas localizadas fora da área de litígio.

1) Essequibo situado na margem direita do Repununi e na margem esquerda do Essequibo, pertencente a Henrique Colin Melville (1 casa).

2) Moça Poucklen localizada na margem direita do Repununi, pertencente a William Roy, falecido. A fazenda foi abandonada e sem gado (1 casa).

Propriedades localizadas na margem direita do Tacutu, a jusante do rio Surumu (fora da área em litígio) pertencentes a brasileiros:

1) Burgo Tenreiro Aranha, Maloca do Teihú, administrado pelo Capitão Ignacio (Tuxaua Macuxi brasileiro) que tem sob suas ordens 202 índios Macuxi (1 casa).

2) Burgo Manoa, situado na margem direita do igarapé Anauaité, administrado pelos capitães Ildenso e Luiz (Tuxauas Macuxi brasileiros) e pelo Capitão Manoel Henrique Amaro (Tuxaua Uapixana brasileiro) que tem sob suas ordens 295 índios Macuxi, 261 Uapixana, 42 Arecuna e 23 Atoari (3 casas).

3) Flechal situada na margem direita do Surumu, de Sebastião José Diniz (1 casa).

4) Burgo Andreas, na margem direita do Surumu, de Bento Aranha.

- Propriedades localizadas na margem esquerda do Tacutu (fora da área em litígio) pertencentes a brasileiros:

1) Cachoeirinha situada no igarapé Cachoeirinha, de João Pereira da Silva (1 casa).

2) Cachoeirinha localizado pelo igarapé Cachoeirinha, pertencente a Antonio Ferreira Lima e administrada por Pedro Cabo (1 casa).

3) Arapari situada no igarapé Cachoeirinha e entre o Arapari e Calango. Pertence a Sebastião José Diniz e é administrada por Camillo Mineiro (2 casas).

4) Tipucú, localizada desde Calangro até Monoi, de Antonio Gomes Pereira Bastos (2 casas).

5) Murará, entre o Murará e Onça, de Rita Capitary (Macuxi brasileira) (3 casas).

6) Frechal situada na margem direita do médio Surumu. São os retiros de Sebastião José Diniz (3 casas).

7) Burgo Uaiuricaua é administrado pelo Capitão Iainai (Tuxaua Uapixana brasileiro) que tem sob suas ordens 163 índios Uapixana (1 casa).

8) Papagaio situado do Monoi até Milho, de Antonio Gomes Pereira Bastos (1 casa).

9) S. Benedicto situado de Milho até Cuchúa, de Lauriano José Pereira de Leão (1 casa).

10) S. Francisco que vai do Gajueiro ao Tamaruá, de Francisco Antonio Ribeiro y Peres, falecido (6 casas).

11) S. Lourenço do Lago situado desde Tamaruá até o Lago S. Lourenço, de Delphina Bueno Level (3 casas).

12) S. Lourenço do Lago desde Tamaruá até o lago São Lourenço. Pertence a Delphina Bueno Gauthierres e é administrado por Domingos Martins Vital (1 casa).

13) Burgo Parima que se estende desde o lago S. Lourenço até as terras de Antonio Nogueira Barreto. Pertence a Eduardo Antonio d'Almeida e é administrado por 4 Capitães Macuxi com 336 índios da mesma nação (5 casas).

14) Muratu pertencente a Antonio Nogueira Barreto (3 casas).

15) Tucurané pertencente a Sebastião José Diniz. É o retiro de sua fazenda Quitanhá (1 casa).

16) Quitanhá de Sebastião José Diniz (1 casa).

Portanto, como podemos observar, fora do território em litígio não havia nenhuma propriedade em mãos de ingleses, a não ser as duas anteriormente mencionada.

No século XIX, as expedições pela região tiveram continuidade. Em 1812 Charles Waterton empreendeu sua viagem, em 1828 Gullifer e Smith, em 1834 Adam de Bauve.

Robert Schomburgk, um alemão a serviço dos interesses ingleses, efetuou duas viagens à região: a primeira em 1835 e a segunda em 1838-1839. Ele iniciou sua incursão "...dirigindo-se ao forte de São Joaquim, do qual passou a remontar o rio Urariquera, continuação do Rio Branco. aproximou-se ao rio Orinoco pelas montanhas de Maduacá, fontes do caudaloso e longo Paduiri, nas quais sendo estorvado pelos silvícolas Orumanãos, elle os varejou com pequenas peças de artilharia ligeira, e desta arte facilitou o transito para a parte superior do Rio Negro, onde sahio pouco acima do forte S. Agostinho dos Hispano-Americanos: desceu o Rio Negro, vendo os fortes de S. José de Marabitanas e de S. Gabriel da Cachoeira (...)" (MONTEIRO BAENA, 1841:323).

Foi a partir dessa segunda viagem de Robert Schomburgk que se instalou no Pirara uma missão protestante dirigida pelo padre inglês Thomaz Youd para "instruir no cathecismo de Luthero os silvícolas do alto Rio Branco. Elle estabeleceu a sua missão nos campos que decorrem do rio Tacutú para as serras mais orientaes da cordilheira (...)" (Ibid: 324) (Ver Anexo 12).

O litígio entre a Inglaterra e o Brasil com relação às fronteiras de cada país ainda continuava. O grande número de índios naturais dessa região propiciada ainda mais o acirramento de posições. O interesse dos ingleses em território brasileiro, além do aspecto da riqueza de solo, levava em conta, ainda, a grande quantidade de mão-de-obra indígena disponível. Daí as diversas expedições empreendidas por ingleses ou por pessoas a serviço destes em território do rio Branco.

Em carta escrita em 23 de julho de 1816 ao Governador do Demerara, Charles Edmonstone, amigo de Mac Turk, que viria em 1897 à essa região, dizia "que os Macoushies vindos das Savanas nas fronteiras do Brasil, são as mais numerosas tribus e nunca deixaram de mandar uma parte delles com cada uma das expedições feitas sob a minha direção." (MATTOSO, 1898:35).

Segundo Ernesto Mattoso, as aldeias dos índios Macuxi e Uapixana eram constantemente visitadas por agentes do governo britânico. "Em muitas dellas já é comum o conhecimento da língua inglesa e não poucas estão baptisadas com pomposos nomes britânicos, tais como: Kanvraia-wong Village, Teroota ou Tewono Village, Kosanota Village, entre outras.

De acordo com palavras de Coudreau, na verdade os ingleses situados no Repununi não oferecem suas mercadorias aos índios Macuxi e Uapixana apenas por espírito de propaganda, mas muito pelo contrário, como forma de forçá-los a trabalhar dois meses em troca de um fuzil que vale 20 francos. (COUDREAU, op.cit.272).

No seu Relatório do estado actual de decadencia em que se acha o Alto Amazonas, João Henrique de Matos, nomeado diretor geral dos índios da Província do Pará em 1845, dá notícias das povoações e aldeamentos de grupos indígenas situados nas missões ou vivendo em comunidades tradicionais. Refere-se aos índios que frequentavam a missão da serra do Banco, dirigida pelo carmelita Frei José dos Santos Innocentes no rio Uraricoera, tais como: Uapixana, Macuxi, Jaricuna (Arecuna, Taulipang,), Saporá, etc.

"Navegando as canoas do Rio Branco aos pontos da minha Comissão, foi encontrando as mesmas consideráveis distribuições com tanta differença, que existindo na era de 1787- cinco Povoações denominadas Carmo, Santa Maria, São Felipe, Conceição, e São Martinho; hoje a penas existem a de Santa Maria, e Carmo, não se encontrando o menor vestigio dos lugares em que forão erectas; que não dá motivo a julgar-se ter sido habitações de humanos, porque tudo existe em hum perfeito bosque: essas Povoações occupavão em si o total de setenta e dous fogos, e nove centos e trinta e huma Almas das Nações Macuxis, e Uapixanas, hoje a de Santa Maria, situada na Margem Oriental do Rio, a penas tem vinte e cinco Almas; e huma casa velha de madeira coberta de palha que lhe chamão a Igreja, a mais indécete possível falta de todos os paramentos necessarios para n'ella se selebrar os actos Religiozos, fazendo-se merecedora de ser declarada interdicta, e mais duas cazas da mesma construção muito ordinarias, tendo ella na referida era de 1787, doze fogos, e cento e sessenta e cinco Almas; e a do Carmo, collocada na margem occidental do rio tendo dezesseis fogos, e dosentas e quinze Almas: hoje a penas contém noventa e cinco Almas, também com huma Igreja semelhante aquella, e meia duzia de cazas mal construidas. Não é possível por ali encontrar-se hum Indio, por que tudo anda disperso e fugetivo.

Chegando ao Forte de São Joaquim em o mez de Abril do anno de 1843, do qual naveguei o rio Urariquera, continuação do rio Branco para Oeste, cheguei a Missão da Serra do Banco, situada amargem Meredional do mesmo aqual foi erecta em Fevereiro de 1842, pelo Missionario Pe. Joze dos Santos Innocentes da Ordem Carmelita calçada; este Missionário lamentou a sua triste situação, não só por se achar exolado de socorros necessarios para se poder manter e conservar os Indigenas já Cathequizados das Nações Oapixanas, e Macuxis de que se compoem a Missão, como as suas chronicas molestias e avançada idade o privo poder faser jornadas longas nos trabalhos da Cathequeze, pelas outras Tribus que habitão nas Montanhas, e campos daquelle rio sem ter outro Sacerdote que o ajude; Cujá Missão intitulada do Porto Alegre, Cõllocada em terreno altaroza, he assas a prazivel e deleitozo pelas vistozas Serras do Taramá Moruay Canaipici Reneperupé (esta está cõllocada de frente da Missão, da parte do Norte), a de Uaná, Tupiequini, e a grande Uariquepará. Nesta Missão, alem das Nações Juricunas, Procutus, Sapaerás e Anhiques, se o Exmo. Governor aprovasse de Ferramentas, panno de algudão do Paiz, e sál alem do mais que nêcessitão, e que a penas nas Prezidencias dos Senrõ. Doutores João Antonio de Miranda e Bernardo de Souza Franco, se Brindarão os indigenas da quella Missão, remettendo-se-lhes nas dactas de junho de 1840, e junho de 1841—algumas Fazendas, Missangas, Thezouras, Pentas, Espelhos, Anzões, Agulhas, Terçados, Facas, Sál, e Bonetes; a que ajuntou o Senrõ. Doutor Miranda, hum rico Fardamento para o Principal Cosme da Não Oapixána, alias hum Indio muito amigo dos brancos, e respeitado pelas outras Nações. (...).

(...) Disse-me o mesmo Reverendo Missionário, que naquella Missão podia-se estabelecer as roças de farinha da Nação para o abastecimento do Forte de São Joaquim que em seis a oito dias pode ser o Forte fornecido, se o Exmo. Governo os soccorresse com as ferramentas necessarias applicando-se os mesmos Indigenas nessa lãvra sem maior despesa à Nação e ao Estado; privando-se assim os incalculaveis prejuizos que tem cauzado o estabelecimento das referidas roças no rio Minjuini muito abaixo das grandes caxoeiras, e distante do Forte vinteecinco a trinta dias de viagem contra as violentas correntes do rio (...) Por tanto direi que a falta de informações exactas, dadas ao Exmo. Governo da Provincia, da incapacidade do sobre dito estabelecimento, e das arriscadissimas passagens que se tem de faser pelas ditas casoeiras, tem sem duvida cauzado esse danno tão reparavel e huma vez o Exmo. Governo convencido d'esta verdade, que julgo de grande transcendencia, e de que ha immenços lugares mui proximos ao Forte para se estabelecerem as referidas roças independente das perigozas passagens; dara as suas acertadas ordens para tornar-se menos sensivel tantos males. (...).

Regressando desta Missão ao Forte de São Joaquim (...) continuei a minha viagem pelo rio Tacutú aos pontos de minha Inspeção até a Missão de Macuxi no rio Pirara, e rio Repunury do qual depois de hum assiduo trabalho e privações foi necessario tornar ao mesmo Forte para me abastecer de mantimentos visto não haver ali onde refaser-se, e poder progredir a minha viagem aos mais pontos, que tinha de examinar, como nas vertentes dos rios Tacutú, Mahu, e Surumu, neste natalda da Serra do Macarapé, ou do Anahy proxima denominada do Carachióca que debruça nas margens do rio Repunury, (...)" (MATOS: 79-81).

Não podemos deixar de mencionar a expedição do inglês Everard Im Thurn empreendida em 1878, a partir da qual pode traçar um conhecimento mais íntimo com os índios Macuxi e Uapixana do Pirara.

Ainda em 1882, uma Comissão Venezuelo-Brasileira, sob a direção do Primeiro-Tenente naval Francisco Xavier Lopes de Araújo, subiu o Uraricoera e depois o Uraricapará, até as proximidades de sua nascente na Serra do Pacaraime. (Ver Anexo 13).

Henri Coudreau também realizou uma expedição científica pela região das Guianas. Sua viagem iniciou-se em 10 de julho de 1883, tendo como ponto de partida a Guiana Francesa. Daí ele seguiu pelo Pará, Amazonas, subiu o rio Negro até o Uaupés e entrou no rio Branco, chegando até as montanhas da Guiana. Essa viagem teve a duração de quase dois anos, terminando em 23 de abril de 1885. (Ver Anexo 14).

O tratado estabelecendo os limites dos dois países em litígio, Brasil e Inglaterra, foi assinado em 6 de novembro de 1901.

Theodor Koch-Grülberg, numa expedição que durou dois anos (1911-1912), subiu o rio Branco e atingiu o Uraricoera em princípios de dezembro de 1911. "Em fins de fevereiro de 1912, havia alcançado a confluência de Aracasa, onde ficou retido um mês. Em seguida, subiu o Aracasa pela mesma rota de Schomburgk setenta e três anos antes. Dirigindo-se para oeste, atravessou o Rio Marevari a uma latitude mais alta que a de Schomburgk, atingiu o Orenoco pelo Ventuari e voltou de San Fernando de Atebapo a Manaus pelo Orenoco, o Cassiquiare e o Negro." (RICE, 1978:19). (Ver Anexo 15).

Um outro grupo que passou longo tempo entre os índios da região foi a Expedição Amazônica chefiada pelo Dr. William Farabee. Ela teve início em junho de 1913, saindo do Pará, e se dirigiu a diversos pontos da Bacia Amazônica. Uma de suas incursões chegou até o sul da Guiana Inglesa, andando a pé pelo território Macuxi. Em seu memorando, Farabee relata que nos últimos 20 dias eles vinham andando juntamente com carregadores pelo sul da Guiana Inglesa, entre os índios Macuxi que viviam nas fraldas das montanhas Kankaku e Pakarai. (FARABEE, 1915:5). De acordo com relato de Farabee, a primeira de suas viagens foi às tribos que habitavam os campos do norte do Brasil e sul da Guiana Inglesa, numa área de 30.000 milhas quadradas. Viviam aí as duas maiores tribos da região, os Macuxi e os Uapixana, do tronco linguístico Carib e Aruak, respectivamente.

Não eram apenas as grandes expedições que arriscavam incursões pela região do Rio Branco. Em 1922, um regatão brasileiro de nome Ciro Dantas, acompanhado de outro brasileiro e de alguns índios Macuxi, navegou o Uraricoera em canoa, chegando a Cajuma, localidade defronte à confluência do Aracasa, na margem direita do Uraricoera.

Durante dois anos (1924-1925) uma expedição científica famosa percorreu a região do Rio Branco. Foi a que foi realizada por Alexander Hamilton Rice, que partiu de Manaus em 20 de agosto de 1924.

"A 32 km de Boa Vista foi atingida a confluência dos rios Tacutu e Uraricoera, que formam o Rio Branco. Encontram-se aí as ruínas de um antigo forte português, o São Joaquim. Em frente, na margem direita do Branco, encontra-se a velha missão de São Bento, da qual não restam mais que uma capela e algumas casas (...).

Os índios dessa parte da região, que se estende do norte até o Roraima, são os macuxis, os uapixaras e os jaricunas (...)" (RICE, op.cit., 26).

Como já foi mencionado anteriormente neste relatório, as três principais fazendas nacionais (São Marcos, São José e São Bento) constituíram o centro inicial da criação de gado na região do Rio Branco e o conseqüente ponto de partida para a fixação do branco na área. Entretanto, devida à negligência do governo federal, das três fazendas que ocupavam uma área de 60 léguas quadradas, apenas a de São Marcos (15 léguas quadradas) ainda continuava sob o controle das autoridades governamentais. As fazendas de São Bento e de São José foram sendo invadidas. (Ver Anexo 6) Muitos desses invasores, já com criação de gado na área, se declaravam proprietários pelo "usocapião" e outros por títulos definitivos concedidos pelo Governo do Estado do Amazonas.

"Áreas consideráveis de terras da fazenda S. Bento estão em mãos de firmas comerciais da praça de Manaus, e não menores da fazenda S. José, na de proprietários de seringas que demoram no Rio Madeira, os quais atividade alguma de utilidade geral lá podem exercer." (BANDEIRA, 1919.107).

Assim, em 10 de fevereiro de 1915 a Fazenda São Marcos passou a ser administrada pelo Serviço de Proteção aos Índios. Os seus limites eram "ao sul pelo vértice dos rios Tacutu e Uraricoera; a leste pelos rios Tacutu e Surumu; a oeste pelos rios Uraricoera e Parimé, ao norte pela reta da Cabeceira do Igarapé Joari, passando ao norte do lago das Rosas, atingindo a cabeceira mais setentrional do igarapé Manga Brava, afluente do Milho (...)" (DINIZ, op.cit.116)

Dessa forma, a invasão continua das terras ocupadas pelos índios das nações nativas da região, especialmente Uapixana e Macuxi ocasionava uma interiorização dessas comunidades indígenas, obrigando-as a uma mudança constante de habitat. Fazia-se premente, portanto, uma atitude visando a fixação desses grupos indígenas. Criou-se a partir dessa questão a lei nº 941 de 16 de outubro de 1917 (Ver Anexo 17) que autorizava o Governo do Estado a conceder como posse imemorial, desde que houvesse ocupação primária, todas as terras possuídas pelos Índios.

"Para a effectividade dessa concessão torna-se necessario que as respectivas medições e demarcações sejam realizadas pelo Governo da União dentro do prazo de três annos, a contar da data da promulgação da citada lei.

Pois bem, já foram medidos e demarcados sete lotes dessas terras, embora a Inspectoria se componha somente do Inspector e um ajudante (...)" (BANDEIRA, op. cit.: 114-15).

Dentre esses lotes foi demarcado o lote Surumu localizado no município de Boa Vista do Rio Branco. A área era de 604.494.970m² "abrangeida por um perímetro de 164.606 metros lineares, uma frente em linha recta, para o rio Surumú, de 46.150 metros. Limita-se ao Norte, com terras devolutas, seguindo pelas abas das serras do Mar - co, Verde, Mará, Maçã, Conopiá, Paracauá e do Imairay, por uma linha quebrada por 28 elementos, num total de 32.585 metros; com o igarapé do Esteio, margem esquerda, por uma linha quebrada com 4 elementos,

num total de 2.125 metros. A Leste, com o rio Cotingo, margem direita, por uma linha quebrada, com 60 elementos, num total de 48.673 metros. Ao Sul, com o rio Surumú, margem esquerda, da ponta da serra do Papagaio à foz do Cotingo, por uma linha quebrada, com 74 elementos, num total de 57.759 metros; E ao Oeste, com o rio Maiã, margem esquerda, por uma linha quebrada, com 15 elementos, num total de 7.893 metros; com uma parte do rio Surumú, margem esquerda da foz do Maiã à ponta da serra do Papagaio por uma linha quebrada com 20 elementos, num total de 15.571 metros." (Relatório do SPI, 1924-41).

Um dos maiores invasores de terras do Rio Branco é a firma J.G. de Araujo & Cia, que ocupou terras das fazendas nacionais (agosto de 1918).

De acordo com o Inspetor da 1ª I.R. (Acre e Amazonas), Bento M. Pereira de Lemos, "a ação abusiva do pessoal da J.G. Araujo e de outros intrusos, invadindo e ocupando, para engordar de seus gados, os melhores pontos da area de terras que havia sido reservada aos indios Macuxys e Jaricunas, entre os rios Surumú e Cotingo, trouxe como consequencia a desorganização dos serviços deste posto que funciona na mesma área." (Ibid: 13).

Continuando ainda o seu relatório anual, Bento Pereira acusa J.G. Araujo de pretender usurpar os retiros de Chiquiba e Pau Rainha, situados dentro da Fazenda Nacional de São Marcos, com a justificativa de que esses retiros estão compreendidos na área da Fazenda Flechal que teve como arrendatário, anos atrás, Sebastião Diniz. (Ver Anexo 18).

Em 1927 o General Cândido Mariano Rondon percorreu as fronteiras de norte do País, indo desde a Guiana Francesa até o extremo noroeste do Brasil (fronteira com Peru). Essa viagem prolongou-se até 1931. Durante esse período. Rondon visitou diversos grupos indígenas entre os quais os Macuxi e os Uapixana.

Em 30 de abril de 1930 foi constituída a Comissão Mista Demarcadora para estudar as fronteiras do Brasil com a Venezuela e as Guianas Inglesas e Holandesa, conforme ficou estabelecido no tratado e convenção assinados em Londres, em 22 de abril de 1926. Os trabalhos da comissão tiveram inicio na confluência dos rios Mahu e Tacutu.

"Foi levantada toda a fronteira, desde o monte Roraima até o ponto de trijunção das fronteiras Brasil-Guiana Britânica, e Brasil-Suriname. Foram construídos 132 marcos fronteiriços numa extensão de 1.605,80km." (AGUIAR, 1940:215).

O Inspetor Bento Pereira de Lemos, em seu relatório referente aos anos de 1930-1931, dá um relato da situação dos indios Macuxi e Uapixana nessa época.

Os Uapixana contavam 1500 indivíduos, localizados nos rios Tacutu, Uraricoera, Amajari, Parimé, ~~Cumãe~~ e diversos igarapés e afluentes desses rios, em área exclusivamente campestre.

Os Macuxi tinham uma população de 2000 indios, vivendo nos rios Tacutu, Mahu, Cotingo, Surumu e igarapés e afluentes desses rios.

De acordo com informações da Comissão Brasileira, ao longo do rio Mahu (ireng) até Timão, podia-se encontrar malocas dos indios Macuxi e Uapixana. O levantamento demográfico realizado pelos membros da Comissão revelou uma população de 1294 indios Macuxi em 1932 (Ver Anexo 19).

A Ajudância do Rio Branco consistia em três postos de fronteiras, um de tratamento, o Sanatório Marechal Rondon, que assistia às crianças indígenas órfãs, e um posto de alfabetização, destinados aos Macuxi, Jaricuna, Uapixana, Angaricó, Macu e Mayongong. (Relatório do SPI. 1941).

Em 1939 chegou o primeiro civilizado para se estabelecer na Vila de Surumu, situada na região dos rios Cotingo e Surumu. Forma um povoado importante para a região juntamente com os Macuxi que vivem na aldeia do Barro, circunvizinha à vila.

Em 1942 havia três Postos Indígenas de Nacionalização que davam assistência aos Macuxi e Uapixana: P.I.N. Tacutu, P.I.N. Surumu, P.I.N. Amajari.

Em 1949 foi fundada a Missão São José, da Ordem Consolata, na Vila Surumu.

No Primeiro Plano Quinquenal elaborado pela Superintendencia do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de 1955, foram propostas como formas de ocupação mais efetiva das regiões menos habitadas o estabelecimento de colonias indígenas de fronteiras e colonias de penetração. Em ambas propostas o elemento indígena tem papel preponderante, já que constitui, muitas vezes, o único elemento de ocupação humana permanente daquela região.

As colônias de fronteira seriam localizadas junto às tribos indígenas que deveriam ser assistidas pelas mesmas colônias. Sua organização ficaria a cargo do SPI. O objetivo principal, de acordo com o plano Quinquenal, seria "integrar o início mais organizadamente na economia brasileira, através da introdução de novas técnicas e novos estilos de vida, bem como de um melhor equipamento de ação sobre a natureza." (SPVEA, 1955:233).

Em relação à fronteira entre Brasil e Guiana Inglesa seriam criadas duas colônias: uma na nascente do rio Cajuiui e a outra entre as serras Murupuru, Onça e Costa. A segunda, devido à sua localização, assistiria aos índios Macuxi.

Além das colônias indígenas de fronteira, também seriam estabelecidas colônias de penetração que visariam salvaguardar e consolidar a ocupação já efetuada, ou seja, um incentivo à fixação das populações pioneiras das regiões remotas do Amazonas.

Entretanto, nesse Plano do SPVEA (1955), não estava prevista a instalação de nenhuma outra colônia de penetração na região do Rio Branco a não ser a que seria implantada na Fazenda Nacional de São Marcos.

Até fins dos anos 60, a população Macuxi oscilava entre 3000 e 3200, ocupando o território brasileiro. (Ver Anexo 20).